

Identidade(s) e Território(s) em Disputa: Vulnerabilidade Hídrica e Alimentar no Município de Ribeira do Amparo/BA

Identity(ies) and Territory(ies) in Dispute: Water and Food Vulnerability in the Municipality of Ribeira do Amparo/BA

Identidad(es) y territorio(s) en disputa: vulnerabilidad hídrica y alimentaria en el municipio de Ribeira do Amparo/BA

Felipe da Fonseca Souza ¹  <https://orcid.org/0000-0002-9890-3608>

Sônia de Souza Mendonça Menezes ¹  <https://orcid.org/0000-0001-6072-771X>

¹ Universidade Federal de Sergipe  - São Cristóvão (SE), Brasil

Autor de correspondência: felipeffs12@gmail.com

Recebido: 20 Jan. 2026. Aceito: 12 Mar. 2026

Editores de seção: Flamarion Dutra Alves  <https://orcid.org/0000-0003-0318-7301>

Juan David Delgado Roza  <https://orcid.org/0000-0003-0153-1885>

Resumo

A presente pesquisa analisa as transformações socioeconômicas e ambientais no município de Ribeira do Amparo, estado da Bahia, a partir da reestruturação produtiva recente, com ênfase nos impactos da expansão da fruticultura irrigada sobre os sistemas produtivos tradicionais, os recursos hídricos e a segurança alimentar. A pesquisa adotou abordagem quali-quantitativa, articulando revisão bibliográfica, análise de dados secundários de bases oficiais, como IBGE, INPE e CEMADEN, além de informações documentais, aplicação de 160 questionários conforme a escala EDIH e relatos de moradores de comunidades rurais. Os resultados evidenciam que a intensificação do uso da água para fins agrícolas por meio do agrohídronegócio tem ampliado a pressão sobre aquíferos e cursos d'água intermitentes, contribuindo para a redução da vazão de riachos e para o desaparecimento de brejos historicamente utilizados pelas comunidades locais. Observa-se, ainda, o enfraquecimento de cadeias produtivas tradicionais, como o feijão, a mandioca e a cajicultura, marcado pela redução da produção, ao mesmo tempo em que se aprofunda a dependência econômica em relação a grandes empreendimentos agrícolas na fruticultura. Conclui-se que o modelo produtivo dominante tem aprofundado desigualdades socioambientais, ampliado a vulnerabilidade hídrica e alimentar e se mostrado incompatível com as limitações climáticas do semiárido e com o avanço dos processos de desertificação no estado da Bahia, indicando a necessidade de políticas públicas integradas voltadas à valorização da agricultura familiar, à justiça social e à soberania alimentar.

Palavras-chave: Agrohídronegócio. Insegurança Alimentar. Insegurança Hídrica. Fruticultura Irrigada. Sistemas Alimentares.

Abstract

This research analyzes the socioeconomic and environmental transformations in the municipality of Ribeira do Amparo, Bahia state, resulting from recent productive restructuring, with emphasis on the impacts of the expansion of irrigated fruit farming on traditional production systems, water resources, and food security. The research adopted a qualitative-quantitative approach, combining bibliographic review, analysis of secondary data from official databases such as IBGE, INPE, and CEMADEN, as well as documentary, application of questionnaires according to the HWISE scale, information and accounts from residents of rural communities. The results show that the intensification of water use for agricultural purposes through agribusiness has increased pressure on aquifers and intermittent watercourses, contributing to the reduction of stream flow and the disappearance of wetlands historically used by local communities. Furthermore, the weakening of traditional production chains, such as beans, cassava, and cashew cultivation, is observed, marked by a reduction in production, while economic dependence on large agricultural enterprises in fruit growing deepens. It is concluded that the dominant production model has deepened socio-environmental inequalities, increased water and food vulnerability, and proven incompatible with the climatic limitations of the semi-arid region and with the advancement of desertification processes in the state of Bahia, indicating the need for integrated public policies aimed at valuing family farming, social justice, and food sovereignty.

Keywords: Irrigated Agribusiness. Food Insecurity. Water Insecurity. Irrigated Fruit Growing. Food Systems.

Resumen

La presente investigación analiza las transformaciones socioeconómicas y ambientales en el municipio de Ribeira do Amparo, estado de Bahía, a partir de la reciente reestructuración productiva, con énfasis en los impactos de la expansión de la fruticultura de regadío sobre los sistemas productivos tradicionales, los recursos hídricos y la seguridad alimentaria. El estudio adoptó un enfoque cuali-cuantitativo, articulando revisión bibliográfica, análisis de datos secundarios de bases oficiales, como el IBGE, el INPE y el CEMADEN, además de información documental, aplicación de cuestionarios según la escala EDIH y relatos de habitantes de comunidades rurales. Los resultados evidencian que la intensificación del uso del agua con fines agrícolas, a través del agroindustria de regadío, ha incrementado la presión sobre los acuíferos y los cursos de agua intermitentes, contribuyendo a la reducción del caudal de arroyos y a la desaparición de humedales tradicionalmente utilizados por las comunidades locales. Asimismo, se observa el debilitamiento de cadenas productivas tradicionales, como el frijol, la yuca y la cajicultura, marcado por la disminución de la producción, al mismo tiempo que se profundiza la dependencia económica respecto a los grandes emprendimientos agrícolas de la fruticultura. Se concluye que el modelo produtivo dominante ha profundizado las desigualdades socioambientales, ha ampliado la vulnerabilidad hídrica y alimentaria y se ha mostrado incompatible con

las limitaciones climáticas del semiárido y con el avance de los procesos de desertificación en el estado de Bahía, lo que indica la necesidad de políticas públicas integradas orientadas a la valorización de la agricultura familiar, la justicia social y la soberanía alimentaria.

Palabras-clave: Agroindustria de regadío. Inseguridad alimentaria. Inseguridad hídrica. Fruticultura de regadío. Sistemas alimentarios.

Introdução

O desenvolvimentismo figurado no processo de reprodução do sistema capitalista produz novos signos que sedimentam a sua lógica de consumo e de racionalidade exploratória. Esta é a realidade evidenciada nos sistemas alimentares globais, que, sob o modo de produção, circulação e consumo impetrado pelo capital no campo, utiliza-se do discurso do aumento do produtivismo para gerar mercadorias a serviço do capital (Carvalho, 2013). Esse modo de produção baseado em commodities implica na redução da diversidade alimentar e no aumento dos impactos ambientais, causando perda de qualidade nutricional e da conexão com a origem dos alimentos, o que pode diminuir a produção de alimentos de verdade no mundo e levar à marginalização de pequenos agricultores (Pollan, 2007).

Observa-se que o aumento na produção de mercadorias tem um impacto direto na disponibilidade de alimentos, tornando o acesso mais difícil e exacerbando a insegurança alimentar. Isso se manifesta no crescimento da fome, uma questão profundamente política e social que requer reformulações na estrutura da sociedade e dos sistemas alimentares (Castro, 1946; Maluf, 2021).

De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2019, antes da pandemia da covid-19, quase 2 bilhões de pessoas restringiram quantitativa e qualitativamente sua alimentação no mundo, e 687 milhões de pessoas encontravam-se cronicamente desnutridas (FAO, 2020). No Brasil, o inquérito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018, indicava uma redução na segurança alimentar nos domicílios de 77,4% em 2013 para 63,3% em 2018 (IBGE, 2018). Esse retrocesso no acesso aos alimentos ocorreu antes mesmo da pandemia de covid-19, tendo em vista a atuação do governo de extrema-direita que enfraqueceu e excluiu políticas públicas, limitou os gastos públicos por 20 anos e incentivou o crescimento do agronegócio inclusive nas áreas ambientalmente conservadas. Com isso, o Brasil vivenciou a pandemia sem recursos adequados e sem priorização de políticas sociais, impulsionando não apenas uma crise sanitária, mas também uma grave crise social e econômica.

Os dados do Inquérito Nacional de Insegurança Alimentar, divulgados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN) em 2022, apontaram o agravamento dessa crise ao identificar que cerca de 33,1 milhões de brasileiros encontravam-se em estado de insegurança alimentar grave em 2022, pós-pandemia, e que cerca de 60% da população (125,2 milhões) viviam em algum grau de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2022).

Em recente pesquisa, o IBGE (2023-2024), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apontou que os números apresentaram uma leve alteração, na qual 72,4% dos domicílios brasileiros estavam em situação de segurança alimentar no ano de 2023, o que indica um crescimento no acesso aos alimentos. Todavia, 27,6% dos domicílios ainda apresentam algum grau de insegurança alimentar, sendo 18,2% leve, 5,3% moderada, e 4,1% grave (IBGE, 2024). Dentre os fatores que contribuíram para esses resultados estão: a implementação de novas políticas públicas com destaque para o Plano Brasil Sem Fome, coordenado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), o fortalecimento de programas estratégicos como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as Cozinhas Solidárias, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – que atuam com apoio no financiamento e no escoamento da produção – e a valorização do

salário mínimo com ganhos acima da inflação, medidas importantes nesse processo para a redução da insegurança alimentar. Paralelamente, foram instituídas e retomadas iniciativas voltadas à promoção do acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis, a exemplo do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato), do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e da Estratégia Alimentar Cidades, com ênfase nos territórios urbanos em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Brasil, 2023).

Ainda assim, apesar da retomada de políticas e da melhora nos dados sobre o Brasil, o último relatório SOFI 2025 (The State of Food Security and Nutrition in the World), publicado pela FAO, aponta que cerca de 673 milhões de pessoas em todo o mundo enfrentaram a fome em 2024, o que ainda representa aproximadamente 8,2% da população global. O estudo evidencia que, embora tenha havido uma leve redução em relação aos anos anteriores, o número de pessoas subalimentadas permanece muito acima dos níveis anteriores à pandemia de covid-19, enquanto no Brasil, o mesmo relatório aponta que o país saiu oficialmente do Mapa da Fome pela segunda vez, após apresentar uma prevalência de subnutrição inferior a 2,5% da população no período de 2022 a 2024. Esse resultado indica que há ainda brasileiros com dificuldade de acesso regular a alimentos suficientes, percentual que representa o limite mínimo considerado pela FAO para caracterizar a fome em um país (FAO, 2025).

A ocorrência de oscilações entre altas e baixas em situações de insegurança ano a ano justifica a emergência do olhar atento sobre a questão alimentar, uma vez que, além de a alimentação ser uma necessidade básica, diária, a produção de commodities, proposta pelo capitalismo por meio do agronegócio, não só não atenua o problema, como, pelo contrário, o acentua.

Essa realidade da fome no Brasil e no mundo integra um cenário de múltiplas crises globais que têm afetado a população sob a abertura de políticas economicamente neoliberais e ambientalmente negacionistas, aliadas ao mercado internacional, que cresce na mesma proporção de seus impactos.

O discurso falacioso do agronegócio impetrado no mercado agroalimentar global, impulsionado pela Revolução Verde desde a década de 1970, utilizou-se dos preceitos de combate à fome para justificar a sua expansão, principalmente nos países do sul global, onde a concentração da terra, a disponibilidade de água, e o clima eram e continuam sendo favoráveis à produção de grãos em larga escala (Stédile, 2012; Pompeia, 2020).

O processo de territorialização desse modelo hegemônico aqui apontado corrobora a concepção defendida por Svampa (2013), segundo a qual uma ordem econômica, política e ideológica atrelada aos preços internacionais das commodities demandadas pelos países centrais e emergentes assola toda a América Latina vinculada a “*el consenso de los commodities*”. Esta ordem consolida um desenvolvimentismo destrutivo que atua para o crescimento econômico de ordens hegemônicas, às custas das contradições e conflitos sociais, ambientais e político-culturais. Desde então, tem se intensificado a territorialização desse sistema, que desencadeou os graves desequilíbrios associados às questões ambientais estruturais e que podem ser identificados em múltiplas dimensões associadas à policrise global¹.

De acordo com Porto-Gonçalves (2013), à medida que sejam separados (expropriados) das condições naturais essenciais para a sua reprodução, os seres em sociedade se tornarão, cada um, vendedor de sua capacidade de trabalho e comprador de mercadorias no sistema, e

¹ Um cenário global de crises causadas por choques naturais e econômicos em escala global que se intersectam com as velhas tensões da política, das finanças e da geopolítica como a superposição de crises dos séculos XIX e XX sobre crises do século XXI, produzindo efeito maior que a soma das partes (Tooze, 2021; Ricupero, 2023).

“a natureza, tornada propriedade privada, será objeto de compra e venda e, assim, por todo lado, temos mercantilização” (Porto-Gonçalves, 2013, p. 289).

Assim, sob a égide desse modelo de apropriação, exploração e mercantilização dos elementos naturais, o espaço rural se configurou como território de reprodução de múltiplos agentes do capital. Nessa lógica de consumo acelerada, a terra deixa de atender à sua condição natural de nutrir o alimento para ser explorada na produção de commodities. Esta é impulsionada não somente pelo aumento das demandas por matéria-prima desde a transição da sociedade do modo agrário-rural para o urbano-industrial – fortalecida pela Revolução Verde na década de 1970 (Stédile, 2012) –, mas também, na atualidade, pelos discursos simulacros do agronegócio (Pompeia, 2020).

Nesse contexto, em que a terra passa a ser subordinada à lógica das commodities e à expansão do agronegócio, tornam-se evidentes os contrastes e contradições que marcam a dinâmica agrícola em territórios como o do estado de Sergipe, com o avanço do monocultivo do milho e a redução drástica da produção de alimentos como o feijão, a mandioca e o arroz (Menezes et al, 2019), e o do estado da Bahia, ambos na região Nordeste do Brasil. A intensificação produtiva, orientada por interesses de mercado e pela elevada concentração fundiária, revela não apenas a força econômica do setor, mas também os limites desse modelo para garantir condições de vida dignas à população rural e urbana.

Para compreender esses limites, propõe-se estudar a produção agrícola na Bahia, uma vez que, embora o estado tenha alcançado um valor de produção de R\$ 47,3 bilhões em 2024, segundo dados do IBGE divulgados pela Secretaria da Agricultura da Bahia, essa expansão econômica convive com altos índices de vulnerabilidade social. De acordo com o levantamento de insegurança alimentar (IBGE, 2024), cerca de 37,8% dos domicílios baianos ainda enfrentam algum grau de insegurança alimentar, evidenciando que o aumento da produtividade não se traduz em acesso adequado à alimentação. Essa contradição se agrava diante da histórica concentração fundiária no estado, que limita o fortalecimento da agricultura familiar e restringe o abastecimento interno.

No semiárido do estado da Bahia, o município de Ribeira do Amparo (13.841 habitantes) configura esse cenário de disputa. De um lado, o avanço da produção de monocultivos da fruticultura do melão e da produção de milho, responsáveis por 68,9% da área plantada de cultivos temporários do município (IBGE, 2025), reordena o território, as forças de trabalho e os modos de vida a partir da apropriação da água subterrânea no aquífero de Tucano², na Caatinga, para a produção comercial. Do outro lado, a (re)existência da agricultura familiar camponesa manifesta-se por meio do cultivo de alimentos como feijão, mandioca e amendoim em pequenos estabelecimentos rurais (27% da área plantada), os quais destinam a produção para o autoconsumo e o mercado interno (IBGE, 2025).

Somados a esses cultivos, o município ainda apresenta 77% da área de cultivos permanentes destinados à castanha de caju, atividade econômica com o polo de beneficiamento desse produto escoado na região, assim como pequenos estabelecimentos canavieiros para atender aos engenhos de produção artesanal de rapadura, uma iguaria identitária do município (IBGE, 2025).

Nesta pesquisa, analisamos os efeitos da coexistência de diferentes sistemas alimentares no município de Ribeira do Amparo/BA, os quais apresentam desde práticas exploratórias que utilizam a água superficial e subterrânea para a territorialização do

² A região dispõe de grande potencial hídrico presente no aquífero de Tucano, um manancial de água subterrânea que ocupa 38 municípios do semiárido da Bahia. A Bacia de Tucano é dividida em três sub-bacias: Tucano Sul, Central e Norte (Araújo Filho, et al. 2008).

agrohidronegócio³ a práticas identitárias essenciais à manutenção da soberania e segurança alimentar e nutricional da população que (re)existe.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é discutir as implicações da territorialização do agro(hidro)negócio na escassez hídrica, na segurança alimentar nutricional e no ordenamento territorial do município de Ribeira do Amparo.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa consistem em estudos teóricos e empíricos em conjunto com as observações de campo. Os estudos teóricos e empíricos foram empreendidos a partir da coleta de dados estatísticos referentes à malha fundiária do município (IBGE, 2017) e à produção agrícola municipal (IBGE, 2015-2025) para fazer a descrição da organização do território rural do município. Já as observações de campo contaram com a aplicação de 160 questionários distribuídos em 30 setores censitários conforme estabelecidos pelo IBGE. Estes mediram os níveis de segurança hídrica e alimentar no município. Dentre os dados coletados, constam a historiografia do município, os aspectos demográficos e os elementos edafoclimáticos e econômicos, possibilitando, assim, identificar os cultivos existentes e avaliar a presença dos sistemas alimentares sustentáveis como meio de (re)existência e de promoção de uma segurança alimentar e nutricional em comunidades tradicionais.

Vale ressaltar que a pesquisa está em andamento e integra o projeto de tese do pesquisador. Seus direcionamentos estão em fase de aprofundamento em estudos empíricos para aplicação de entrevistas semiestruturadas e registro fotográfico. Todavia, os apontamentos que a embasam estão presentes na análise de dados oficiais.

Assim, discutiremos na seção a seguir a base da concepção de sistemas alimentares, a partir das categorias território, alimento e natureza na geografia – conceitos basilares desta pesquisa. De modo geral, o processo de territorialização dos monocultivos da fruticultura ou do milho reproduz a territorialidade de um modo de produção predatório, distante das práticas tradicionais que conduzem a um reordenamento produtivo inerente ao movimento desenvolvido nos sistemas alimentares globalizados que convivem em meio à dualidade da (re)existência de sistemas alimentares sustentáveis territorializados na identidade e reprodução da agricultura familiar camponesa.

De alimento a commodity: a complexidade dos sistemas alimentares no território

Nas últimas décadas do século XX, Friedman e McMichael (1989) propuseram a concepção de regimes alimentares a partir da defesa da existência de uma lógica política e econômica global na dinâmica do setor agrícola e da alimentação conforme a evolução do capitalismo. De acordo com os autores, esse processo se desenvolve por meio de estratégias políticas desenvolvidas por empresários, investidores, latifundiários e instituições político-econômicas, como corporações transnacionais e instituições financeiras, que se apropriam das relações de produção, circulação e consumo de mercadorias em diferentes escalas.

Com o objetivo de analisar a estruturação e as mudanças na produção de alimentos a partir das relações capitalistas, McMichael (2016) aponta para a existência dos sistemas em três diferentes regimes de acordo com suas temporalidades. Em cada regime, o sistema alimentar é conduzido por uma relação com a geopolítica global inerente ao contexto histórico

³ O termo agrohidronegócio, conforme Mendonça e Mesquita (2007), refere-se à ramificação do agronegócio caracterizada pela apropriação concentrada dos recursos hídricos por grandes empreendimentos agrícolas. Os autores ressaltam que a água torna-se mercadoria controlada por grupos econômicos, cuja lógica de expansão envolve barramentos, captações e infraestrutura de irrigação em larga escala, produzindo impactos socioambientais e aprofundando desigualdades no acesso à água por comunidades locais.

da época, apresentando características articuladas para sustentar a hegemonia do capital em cada período histórico.

No primeiro regime (Séc. XIX a XX), a ação se deu para manter a hegemonia britânica. O período foi marcado pelo intercâmbio comercial de alimentos entre a Grã-Bretanha, suas colônias e outros Estados em sintonia com a clássica divisão internacional do trabalho.

Esse regime é apontado por Schneider, Schubert e Escher (2016) como o período de reconstrução do consumo, uma vez que nele ocorreu o aumento extensivo do trabalho assalariado nas relações de produção do século XIX, o que gerou consequências para a produção agrícola mundial, influenciada pela mudança geográfica da produção agrícola dos Estados centrais para os Estados periféricos. Nesse âmbito, a ruptura do colonialismo com o surgimento de Estados independentes na época implicou que o regime tivesse a produção agrícola tradicional de gêneros alimentícios básicos gerenciada pelos Estados em um sistema comercial liberal que tinha a Grã-Bretanha como centro (Schneider; Schubert; Escher, 2016).

O segundo regime ocorreu após a Segunda Guerra Mundial e se estendeu até a década de 1970, valorizando a hegemonia dos Estados Unidos por meio de suas práticas de exportação de excedentes e dos programas de ajuda alimentar que exportavam o *American way of life* e seus hábitos alimentares para o mundo (McMichael, 2016).

Já o terceiro e atual regime alimentar iniciou na década de 1970 e é marcado pela globalização e hegemonia de impérios alimentares, formados por grandes corporações oligopolistas do sistema alimentar, as quais são ligadas ainda à hegemonia dos EUA, que padroniza os hábitos alimentares e os modos de produção no campo em novas ordens de acordo com os interesses dessas corporações (McMichael, 2016; Niederle; Wesz Júnior, 2018).

Friedmann (2009) definiu o terceiro regime como um regime internacional, um conjunto particular de normas, instituições e regras em torno das quais as expectativas de todos os atores relevantes convergem, embora muitas vezes sejam implícitas. A partir dessa definição abstrata, ela desenvolve o conceito mais tangível de “regime alimentar”, que requer a identificação das estruturas que englobam certos conjuntos específicos de instituições e relações históricas. Essas estruturas funcionam como pontos focais para tensões estabilizadas dentro dos regimes. Segundo a autora, a definição de regimes alimentares abrange arranjos complexos de relações de classe, especialização geográfica e poder entre Estados, conectando as relações internacionais de produção e consumo de alimentos aos períodos de acumulação de capital, grau de impacto ambiental e outras prerrogativas que atribuem maior complexidade ao conceito.

Embora tenham concordado inicialmente no artigo inaugural sobre a definição e periodização dos regimes alimentares, McMichael (2009) divergiu em trabalhos subsequentes ao definir os “regimes alimentares” de maneira distinta de Friedmann (1993, 2005, 2009).

Para Schneider, Schubert e Escher (2016), os regimes alimentares não são compreendidos como uma estrutura concreta em si mesma, mas fundamentalmente como uma abordagem analítica que permite identificar os fundamentos agroalimentares de períodos, ciclos ou tendências de longo prazo do capitalismo. Segundo McMichael (2009), os regimes alimentares funcionam como uma perspectiva para examinar as relações mais abrangentes na história política do capital, refletindo tanto os arranjos geopolíticos quanto os modos correspondentes de acumulação econômica.

Segundo Friedmann (2005), na terceira fase, ocorre um processo de esverdeamento do capitalismo, onde são apropriados conceitos e criadas demandas e métodos de consumo que legitimam a exploração dos recursos naturais, enquanto naturalizam os danos ambientais causados pelo sistema alimentar dominante.

Trata-se de uma ascensão que domina territórios em todas as escalas geográficas, principalmente no sul global, reproduzindo o processo de ocidentalização das culturas de acordo com os interesses de poucas corporações que comandam esse sistema impositivo a serviço do lucro (Shiva 2003). Assistimos atualmente à redução da participação de alimentos naturais na dieta de diversas populações os quais são ligados a traços culturais de seus respectivos territórios, mas vêm sendo substituídos por elementos ultraprocessados, chegando a custar menos que produtos naturais, uma realidade reproduzida pela linguagem dos supermercados e das grandes transnacionais que vai de encontro à concepção de soberania e segurança alimentar nutricional.

É nesse contexto histórico que é difundida a concepção de *agribussines*, a qual surge sob a ótica de imputar novas nomenclaturas aos velhos processos de latifundiarização de terras (Paulino, 2007). Os monocultivos e a expropriação dos sujeitos, agora sob a justificativa do desenvolvimento e da segurança alimentar, vislumbram o estabelecimento de grandes corporações a serviço do mercado internacional a despeito do acesso a alimentos à população local e ou regional.

Nesta análise, tomamos como categoria geográfica o território por considerá-lo essencial para a compreensão da questão alimentar que está em uma constante disputa atrelada às relações de poder. De acordo com Raffestin (1993), o território é uma produção a partir do espaço, é produto de uma ação conduzida por um ator em qualquer nível. “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator territorializa o espaço” (Raffestin. 1993, p. 143), fundamentado nas relações marcadas pelo poder exercido por pessoas ou grupos econômicos.

Assim, a partir da ação de poder material ou imaterial sobre determinado local, ocorre a territorialização do espaço. O ato de territorializar exprime uma dominação a partir do fenômeno ou agente tangenciado no território.

A princípio, o poder exercido na ação de territorialização é evidenciado na expansão do agro(hidro)negócio no campo, observada em algumas propriedades delimitadas e restritas ao próprio território. Todavia, a partir da ampliação de agentes financeiros, do Estado e da mídia, esse poder transcende a essa concepção de ação sobre o espaço apenas, expandindo-se para uma territorialização não só de forma direta, pela apropriação e expropriação da terra, mas também de forma indireta, pelo reordenamento das técnicas e formas de produção e consumo.

Esse processo insere-se na concepção do território atravessada pelas relações de poder que, desde a constituição do processo de ocupação, imprimem mudanças e se materializam em processos simultâneos de territorialização e desterritorialização (Haesbaert, 2007).

A formação de um território, conforme discorrem Hurtado e Porto-Gonçalves (2022), é um processo conflituoso entre múltiplas territorialidades que disputam a apropriação e/ou dominação das condições materiais de produção e reprodução da vida com os próprios significados culturais que compõem um espaço, o que resulta na desterritorialização de diferentes grupos sociais, tanto no seu sentido material quanto no simbólico.

Nesse aspecto, Mazzeto Silva (2012) imprime uma provocação teórico-ideológica, ao exemplificar, a partir da análise da territorialização do agronegócio no Cerrado, que “[...] há uma diferença de significação entre territórios de espaço vivido (múltiplas significações que atravessam de forma integrada, o material, o cultural e o espiritual) e territórios de espaço explorado (significação estritamente mercantil), o lugar-hábitat e lugar-mercadoria” (Mazzeto Silva, 2012, p.03).

A propriedade do solo, então, passa a ser expressão maior do processo histórico de separação entre o ser humano e o seu território, uma vez que os dons naturais são apropriados e mercantilizados sob a forma de valor de troca no capitalismo (Moraes; Costa, 1987). Diante

disso, a perspectiva da análise dos sistemas alimentares a partir dos territórios e das territorialidades possibilitarão a compreensão da totalidade que envolve a apropriação do espaço e seus significados, os quais comportam diferentes valores de uso e vários sujeitos, com complexas matrizes de racionalidade (Porto-Gonçalves, 2001).

Um desdobramento marcante desses sistemas hegemônicos é o agrohidronegócio. Nas fronteiras agrícolas comerciais, a terra e a água são apropriadas pelo modo de produção capitalista sob a estratégia de cultivos irrigados. Inicialmente, foi evidenciado por Mendonça e Mesquita (2007), aprofundado por Thomaz Júnior (2008), e Mendonça (2010) e tantos outros estudos nessa linha.

A terminologia introduzida por Mendonça e Mesquita (2007) facilita a compreensão da dinâmica territorial da água e do seu processo de transformação em mercadoria. Assim, o agrohidronegócio engloba interesses dos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros, impulsionando a produção de commodities e consolidando estratégias políticas e econômicas, com apoio do mercado e incentivo do Estado.

Silva e Jordão (2018) explicam que o termo agrohidronegócio incorpora dois outros conceitos: hidronegócio e hidroterritório. O hidronegócio é derivado do processo de industrialização do Brasil e de sua matriz energética baseada em hidrelétricas, que envolve a construção de grandes barragens, muitas vezes financiadas por capital estrangeiro, o que resulta em diversos problemas ambientais e sociais (Etges e Baron, 2017). Já o hidroterritório, conceito desenvolvido por Torres (2007), refere-se às dinâmicas de poder político e cultural que surgem da gestão e do uso das águas, frequentemente causando conflitos pela posse e controle desse elemento natural. De maneira abrangente, o agrohidronegócio, ao considerar a água como elemento crucial para a reprodução do capital, envolve três formas de apropriação: da natureza, do trabalho e dos modos de vida (Mendonça; Mesquita, 2007; Thomaz Júnior, 2008).

De acordo com Mendonça (2010), a espetacularização da fome tem sido instrumentalizada para justificar políticas de expansão dos monocultivos, sem considerar alternativas como a reforma agrária e a valorização das práticas camponesas. Essa lógica se associa à reprimarização da economia brasileira, consolidando um modelo mecanizado, excludente e ambientalmente insustentável (Neves e Mendonça, 2020).

Apesar das adversidades, os camponeses resistem à lógica capitalista, preservando modos agroecológicos de vida e de produção. Oliveira (2007) ressalta que a luta pela terra deve confrontar diretamente a lógica da propriedade capitalista. Para esses sujeitos, a terra e a água não são mercadorias, mas elementos essenciais à reprodução da vida.

Do ponto de vista ambiental, o avanço da fronteira agrícola tem provocado desmatamento, perda de biodiversidade e alterações em biomas, com consequências para o clima e a saúde humana (Oliveira, Cruz e Schneider, 2019; Rossi, 2023). A intensificação da agricultura irrigada, especialmente no semiárido nordestino, agrava a escassez hídrica e aumenta os riscos de desertificação (Castro, 2022; Bezerra, 2012; Sousa, 2013).

Nesse cenário, a insegurança hídrica emerge como um problema político, não apenas técnico. Loftus (2021) argumenta que os discursos dominantes sobre segurança hídrica naturalizam a escassez, desconsiderando a distribuição desigual da água e os mecanismos de poder que sustentam esse modelo. Para Tomaz, Santos e Jepson (2023), a vulnerabilidade socioeconômica acentua os impactos da escassez hídrica nas populações do semiárido, enquanto o agro-hidronegócio mantém elevado acesso aos recursos.

A água, tratada como mercadoria especial, é incorporada ao processo produtivo via expansão da água virtual, isto é, a quantidade de água embutida nos produtos exportados (Rossi, 2023), a FAO (2019) aponta que o Brasil está entre os países com maior área irrigada do mundo, com crescimento superior a 1.400% entre 1960 e 2015.

Dessa forma, os impactos do agrohidronegócio sobre a segurança alimentar e hídrica não podem ser desconsiderados. A perspectiva da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) reforça a necessidade de produção sustentável, justa e adequada à realidade local, visando garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A apropriação intensiva da água e da terra evidencia os limites do modelo hegemônico e impõe desafios à justiça socioambiental, à SSAN e à própria identidade dos povos.

Na subseção a seguir, será apresentada uma análise dos resultados preliminares da pesquisa, na qual o território de Ribeira do Amparo apresenta condições ambientais típicas do semiárido, marcado por baixa e irregular disponibilidade hídrica, solos frágeis e vegetação de Caatinga ainda relativamente preservada, embora ameaçada pela expansão recente do agrohidronegócio. Apesar do potencial oferecido pelo aquífero de Tucano, a exploração desordenada das águas subterrâneas e a falta de fiscalização têm intensificado vulnerabilidades climáticas na região. Paralelamente, o município enfrenta mudanças profundas com a introdução de monoculturas irrigadas e com a atuação de grandes empresas agrícolas, resultando na redução da produção de alimentos, na pressão sobre os recursos naturais e no aumento dos riscos socioambientais.

Sistemas alimentares, territorialidades e contradições no município de Ribeira do Amparo/BA

O município de Ribeira do Amparo se estende entre as bacias hidrográficas dos rios Itapicuru e Real, e da sub-bacia riacho da ribeira que dá o nome a cidade, todos inseridos no clima semiárido, com distribuição pluviométrica escassa e de forma irregular ao longo do ano, o último, inclusive, tem se configurado intermitente nos últimos anos. Os solos do tipo neossolos quartzarênicos são típicos das regiões de relevos mais dissecados. A fauna e flora apresentam características do bioma da Caatinga, cuja diversidade é considerável e identificada em porte herbáceo e arbustivo, com escassas restingas arbóreas.

De acordo com Gama et al. (2022), os maiores remanescentes de Caatinga preservada da microrregião geográfica de Ribeira do Pombal estão localizados no município de Ribeira do Amparo, um dado importante, considerando a atual expansão do agrohidronegócio sobre áreas de vegetação nativa, que pode modificar essa realidade nos próximos anos.

Tratando-se de disponibilidade da água, a região dispõe de grande potencial hídrico, presente no aquífero de Tucano. Nos municípios que compõem a região semiárida da Bahia, esse aquífero se estabelece como importante manancial de águas subterrâneas que têm sido objeto de interesse em estudos, perfurações e empreendimentos irrigados na região (Gomes, 2003).

De acordo com Peixinho (2017), a utilização das águas subterrâneas, tanto para abastecimento público quanto para irrigação na Bahia, é intermediária. Tem-se pouco conhecimento das suas ocorrências, circulação e disponibilidade. Considerando ainda a carência de pessoal técnico especializado, e a falta de controle e fiscalização das condições de uso e proteção dos mananciais subterrâneos, a exploração e uso das águas subterrâneas, por exemplo, tem um caráter predatório e segue uma visão imediatista, com um excessivo aumento de perfurações de poços artesianos nos últimos anos.

Para Giampá (2006), alguns fatores concorrem para essa situação, tais como: 1) a inexistência de estudos hidrogeológicos consistentes precedentes à implantação de projetos de exploração e ao uso dos mananciais subterrâneos; 2) a construção e instalação de poços perfurados sem seguir os padrões técnicos estabelecidos por normas reguladoras dos órgãos fiscalizadores ambientais; 3) falta de monitoramento da qualidade físico-química das águas

subterrâneas exploradas; e 4) a ausência de planejamento e controle das vazões exploradas (Giampá, 2006).

Tudo isso já vem apresentando impactos na dinâmica climática da região. De acordo com o INPE e CEMADEN (2023), entre 1990 e 2020, surgiu pela primeira vez no Brasil uma área classificada como árida no norte da Bahia, especialmente na região do Vale do São Francisco, distante 300 km do município de Ribeira do Amparo. No entanto, os mapas de aridez mostram que o estado passou por um processo de intensificação da seca atmosférica, resultante do aumento da evapotranspiração associado ao aquecimento regional. Além da nova faixa árida, o estudo aponta a expansão do clima semiárido para áreas anteriormente classificadas como subúmidas secas, revelando o avanço da aridez e maior vulnerabilidade socioambiental no território baiano (INPE; CEMADEN, 2023).

O semiárido baiano é caracterizado pela escassez dos recursos hídricos de superfície, resultante das baixas precipitações pluviométricas que, além de concentradas em única e curta estação úmida, apresentam irregularidades interanuais responsáveis por secas periódicas (São José et al. 2023).

Além disso, a expansão das fronteiras agrícolas na região tem sido implementada sem estudos prévios considerando o zoneamento econômico-ecológico (ZEE), o que provoca a redução da cobertura florestal e contribui para o aumento da temperatura média do ar e o aumento desse potencial de evapotranspiração, que, somado ao uso indiscriminado dos elementos naturais, torna esses ambientes ecologicamente instáveis e extremamente vulneráveis à desertificação (Gama et al. 2022).

Quanto ao contingente populacional, atualmente o município apresenta maior parte da população residindo na zona rural. O território de Ribeira do Amparo conta com 13.841 habitantes, registrando redução no total do número de habitantes de acordo com os dados do censo demográfico do IBGE (2022). Em virtude das informações do censo terem sido divulgadas apenas em dados preliminares, ainda não há informações referentes à distribuição da população. Todavia, é evidente o domínio da população rural no município.

De acordo com as informações censitárias (IBGE, 2025), o município cultiva tradicionalmente castanha de caju (280 ha), feijão (2227 ha), banana (40 ha) amendoim (52 ha), cana-de-açúcar (52 ha) e mandioca (70 ha), além do desenvolvimento da pecuária extensiva (19149 cabeças bovinas).

No entanto, nos últimos anos, descobriu-se o potencial hídrico do manancial subterrâneo da Bacia do Tucano – área que contempla 14 municípios do semiárido baiano, microrregião de Ribeira do Pombal, e onde está inserido o município de Ribeira do Amparo –, que, somado às condições climáticas, à disponibilidade de terras e aos incentivos públicos por meio da instalação de perímetros irrigados e financiamentos tornou-se um território em disputa diante da expansão do agrohidronegócio, um sistema produtivo monocultor que têm modificado a dinâmica agrícola do município e reordenado o território a serviço da produção de commodities. Observa-se o crescimento da produção de milho transgênico (4160 ha), semelhante ao ocorrido no estado de Sergipe, e o surgimento de cultivos que não são tradicionais na área, como o melão (1365 ha) e a melancia (129 ha), cultivados pela empresa Itaueira Agrícola numa dinâmica produtiva que estabelece a conformação de um arranjo produtivo altamente concentrado, no qual a produção agrícola empresarial de melão exerce papel hegemônico na economia local, induzindo relações de dependência econômica, reorientação do uso do território e assimetria nas relações entre o poder público, a população local e o capital privado.

A expansão de cultivos irrigados no município teve início no ano de 2005, com a instalação da Itaueira Agrícola, quando o município vivenciou uma reconfiguração em seu território com a produção de duas safras de melão por ano. Com a intensificação, a produção

dessas frutas em 2024 atingiu 30.745 toneladas de melão e 3.054 toneladas de melancia (IBGE, 2025).

Além do melão, a castanha também possui um papel relevante no cenário agrícola do município, este, desenvolvido em sua maior parte pela agricultura familiar, se configura como produto identitário do município, sendo cultivada em grande parte nos pequenos estabelecimentos rurais, numa cadeia produtiva mais diversificada em diversos estratos de área. Foi observado que a cultura da castanha de caju em Ribeira do Amparo enfrenta um conjunto de desafios que têm contribuído para sua progressiva redução no território.

As condições climáticas do semiárido, marcadas por chuvas escassas e irregulares e pelo avanço da aridez, vêm comprometendo o desenvolvimento dos cajueirais, que em grande parte são antigos e pouco produtivos. Soma-se a isso a falta de assistência técnica contínua e de políticas de incentivo que apoiem a renovação dos pomares e o manejo adequado diante de pragas e doenças recorrentes. A rentabilidade limitada, agravada pela dependência de intermediários e pela ausência de unidades locais de beneficiamento, desestimula os produtores, ao mesmo tempo em que o avanço do agronegócio do milho transgênico tem modificado o universo produtivo em substituição dos cajueiros e de cultivos tradicionais como o feijão.

Ademais, a limitada inserção do pedúnculo do caju em circuitos produtivos e comerciais mais amplos restringe significativamente as possibilidades de diversificação da cadeia da cajicultura no município. Na ausência de alternativas estruturadas de aproveitamento do fruto, seu uso tem se concentrado majoritariamente na alimentação animal ou em canais informais e pouco valorizados, mediados por atravessadores que destinam pequenas quantidades à comercialização em feiras livres e centrais de abastecimento regionais. Essa restrição de destinos produtivos reforça a centralidade da castanha como principal — e, em muitos casos, única — fonte de renda associada à atividade.

Nesse contexto, a castanha, antes relevante na economia local, perde espaço diante das assimetrias tecnológicas e econômicas que favorecem as commodities, contribuindo para o enfraquecimento da autonomia produtiva e da segurança alimentar no município.

Ocorre que o avanço da fruticultura irrigada no município, impulsionado pela expansão de áreas cultivadas e pelo uso crescente de sistemas de irrigação pressurizada, tem elevado significativamente a demanda por água subterrânea. Esse crescimento monocultor gera contradições evidentes: enquanto grandes empreendimentos agrícolas ampliam sua captação hídrica para manter a produção, parte da população enfrenta dificuldades no acesso à água para o abastecimento doméstico, dependendo de poços rasos, sistemas intermitentes ou fontes de baixa vazão. Assim, o desenvolvimento agrícola irrigado convive com a precariedade hídrica cotidiana das comunidades, revelando um desequilíbrio entre a disponibilidade dos recursos e a forma como estes são distribuídos e apropriados.

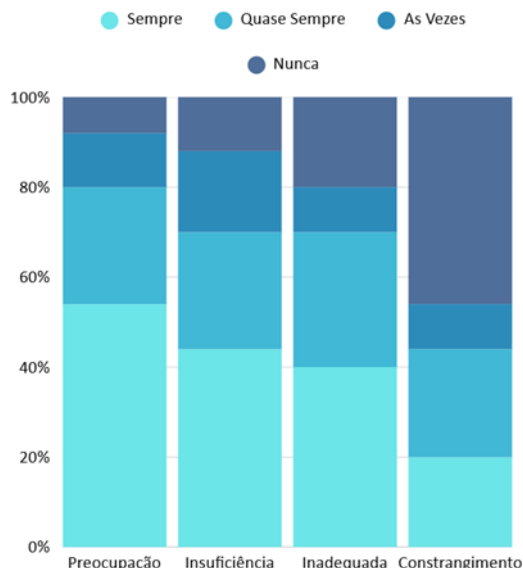
Nesse contexto, moradores de comunidades rurais como Fervente, Fazenda Batatas, Fazenda Pontes, Fazenda Mamonas e Boa Vista têm relatado a redução significativa da vazão do Riacho da Ribeira e o desaparecimento de brejos tradicionalmente utilizados para o abastecimento doméstico, a dessedentação animal e pequenas práticas agrícolas. Segundo os relatos, a perda dessas fontes hídricas passou a se intensificar após a instalação e a expansão de empreendimentos de fruticultura irrigada, sugerindo uma relação direta entre o aumento da captação de água para fins produtivos e a diminuição da disponibilidade hídrica local. Tal processo se agrava em função da inserção do município no domínio climático semiárido, caracterizado por elevada evapotranspiração, chuvas irregulares e longos períodos de estiagem, o que reduz a capacidade de recarga dos aquíferos e dos cursos d'água intermitentes. Associada a esse quadro, a intensificação dos processos de desertificação em áreas do semiárido baiano, conforme apontam dados do INPE e CEMADEN (2023), amplia o

risco ambiental e socioeconômico, ao comprometer a resiliência dos ecossistemas, acelerar a degradação dos solos e aprofundar a vulnerabilidade hídrica das populações rurais.

Após aplicação da Escala Domiciliar de Insegurança Hídrica (EDIH) no município, quatro pontos relevantes se destacaram na análise da segurança hídrica medidos pela EDIH no espaço de um mês: a) preocupação: o nível de preocupação que as pessoas podem ter quanto à disponibilidade de água para o abastecimento doméstico; b) insuficiência: a capacidade de água abastecida e seu potencial volume para uso doméstico; c) inadequação: a composição natural das propriedades da água em quantidade e qualidade acessíveis ao uso doméstico; d) constrangimento: a condição socioemocional da população quanto à capacidade de vivenciar constrangimentos diante da ausência de água para abastecimento domiciliar.

Os dados apresentados no Figura 1 revelam um quadro expressivo de vulnerabilidade no acesso à água no município: 54% da população relatou preocupação constante com a disponibilidade hídrica, demonstrando que o temor de ficar sem água faz parte do cotidiano das famílias. Além disso, 44% enfrentam insuficiência no volume disponível para uso doméstico, evidenciando que a quantidade ofertada não supre plenamente as necessidades básicas. Somado a isso, 40% declararam que a água acessível é inadequada, seja pela qualidade comprometida, seja pela irregularidade no fornecimento. Por fim, 20% afirmam vivenciar constrangimento decorrente da falta d'água, o que expõe dimensões socioemocionais frequentemente invisibilizadas nos diagnósticos tradicionais. Assim, os quatro indicadores sintetizados mostram que a insegurança hídrica não se limita apenas à escassez física, mas se expressa também em preocupações, frustrações e impactos subjetivos que repercutem diretamente na dignidade e no bem-estar das famílias.

Figura 1. Escala Domiciliar de Insegurança Hídrica no município de Ribeira do Amparo, 2025.



Fonte: os autores, 2025.

Os dados revelam profundas contradições no acesso à água ao combinar a expansão da irrigação em grande escala com a crescente insegurança hídrica vivenciada pela população rural. Observa-se que, enquanto empreendimentos agrícolas ampliam a captação de água subterrânea para manter a produtividade, diversas comunidades relatam a redução significativa do volume de reservatórios tradicionais, como cisternas, cacimbas e brejos, conforme citado anteriormente. Outras localidades como Patos e Bariri no município de Ribeira do Amparo e Pau de Feijão e Currallinho, no município de Itapicuru, fontes que antes

garantiam água durante boa parte do ano têm secado nos últimos anos, comprometendo o abastecimento cotidiano e aumentando a dependência de fontes externas. Esse cenário evidencia um desequilíbrio na apropriação da água, na qual o uso produtivo intensivo contrasta com a precariedade dos meios de sobrevivência das famílias.

Além disso, há comunidades como Raspador, Barrocas, Fazenda Sete Casas, Pimentel, São Bento, e outras que, mesmo possuindo poços comunitários e algum nível de abastecimento público, não dispõem de água potável em condições adequadas para consumo humano devido às características salobras da água subterrânea encanada até as residências e do racionamento praticado de acordo com as ruas das comunidades, sendo o abastecimento de água fornecido apenas duas vezes por semana. Nessas localidades, as famílias precisam adquirir água para beber e cozinhar em supermercados, distribuidoras ou por meio de vendedores informais que transportam água de Itapicuru (município vizinho) em carros com caixas d'água, geralmente apenas uma vez por semana. A situação é ainda mais crítica nas agrovilas Renascer, Paraíso da Fronteira, São José e São João, que não possuem qualquer forma de abastecimento de água, obrigando as famílias a recorrerem exclusivamente à compra ou ao transporte próprio, configurando um quadro de insegurança hídrica severa e desigualdades estruturais no acesso a um direito básico.

Apesar do cenário crítico, os caminhos de superação e controle perpassa pela produção familiar agroecológica, que tem se mantido como uma alternativa estratégica diante da crise hídrica e do avanço do agrohídronegócio no território, fortalecida pela organização comunitária com o uso de sementes crioulas e de práticas sustentáveis, principalmente promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas cinco agrovilas de Ribeira do Amparo. Os dados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município apontam que em 2025 esses grupos realizaram três entregas de alimentos, demonstrando a capacidade produtiva da agricultura familiar mesmo em um contexto de escassez hídrica e de pressões sobre a terra e produção de *commodities*.

Assim, observa-se que a dinâmica agrícola do município reflete não apenas a diversidade de agentes e modelos produtivos em disputa, mas também os limites e potencialidades do território diante das transformações socioambientais em curso. A convivência entre sistemas intensivos, dependentes de grande volume hídrico, e experiências sustentáveis vinculadas à agricultura familiar demonstram que a configuração produtiva local resulta de processos históricos, de condicionantes ambientais e de escolhas políticas que moldam o uso da terra e da água.

Conclusões

O formato do agronegócio baseado na exploração da água, da terra e da mão de obra conduz a uma expansividade atrelada à mundialização e mecanização da agricultura, que exige altos índices de consumo de água, clima favorável e infraestrutura acessível, uma vez que a sua expansão está diretamente relacionada ao desenvolvimento do sistema de circulação e ao comércio internacional.

De certo, a expansão de novos cultivos no espaço rural do município de Ribeira do Amparo está associada a um fenômeno global de avanço do agrohídronegócio monocultor, o qual disfarça sob o discurso do desenvolvimento e da geração de empregos para utilizar a mão de obra barata, explorar a terra e utilizar a água sob a lógica predatória da mercadoria que gera lucro.

Como consequência disso, os dados mostram uma redução em cultivos alimentares como mandioca, feijão, amendoim e castanha de caju, impactando diretamente na produção alimentar em detrimento da expansão das *commodities*, o que não apenas contribui para a

degradação da natureza e a desertificação, como gera perda de autonomia e insegurança alimentar e nutricional.

O avanço das culturas irrigadas, dependentes de elevadas demandas hídricas, ocorre paralelamente ao agravamento da insegurança hídrica das populações rurais, marcado pela redução dos volumes disponíveis em reservatórios comunitários, como cisternas, cacimbas e brejos, e pela deterioração da qualidade da água em diversas localidades. Essas condições expõem a assimetria do acesso à água, em que a disponibilidade para grandes empreendimentos contrasta com a dificuldade cotidiana enfrentada por comunidades que, para consumo humano, dependem da compra de água mineral ou de vendedores informais. Tal cenário revela que o desenvolvimento proclamado pelo agronegócio não se converte em bem-estar coletivo, mas tende a reproduzir vulnerabilidades socioambientais.

Diante do exposto, conclui-se que a compreensão da dinâmica agrícola de Ribeira do Amparo exige reconhecer as múltiplas forças em disputa pela terra, pela água e pelos sentidos de desenvolvimento. Os efeitos da expansão do agronegócio, embora frequentemente apresentados como progresso, revelam contradições profundas quando confrontados com as condições de vida das comunidades rurais, a redução dos cultivos alimentares e o agravamento da insegurança hídrica. Por outro lado, as experiências da agricultura familiar e agroecológica demonstram que há alternativas viáveis e socialmente justas para o fortalecimento da produção local. Portanto, a reflexão crítica sobre esses processos torna-se fundamental para orientar políticas públicas que priorizem a sustentabilidade, a justiça socioambiental e a autonomia das populações rurais, elementos essenciais para o futuro do território.

Referências

- ARAÚJO FILHO, J. C. de. et. al. Potencial de Terras para Irrigação na Bacia do Tucano-BA. In: EMBRAPA. **Manejo e Conservação do Solo e da Água no Contexto das Mudanças Ambientais**. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 2008. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPATSA/38709/1/OPB1864.pdf> Acesso em: 20 abr. 2023.
- BEZERRA, J. E. **A Fruticultura no Nordeste semiárido**: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. 2012. 375f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/105016> Acesso em: 10 jan. 2024.
- BRASIL. **Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)**. *Plano Brasil Sem Fome e a governança do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: CAISAN, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/caisan>. Acesso em: 19 jan. 2026.
- CARVALHO, H. M. O camponês, guardião da agrobiodiversidade. **Boletim DATALUTA**, 2013. 6(67). Recuperado de Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/54004> Acesso em: 20 jun. 2022.
- CASTRO, J. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.
- CASTRO, C. N. Cenários para a segurança hídrica no Brasil. In: CASTRO, C. N. (Org). **Água, Problemas Complexos e a Política Nacional de Segurança Hídrica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2022.
- ETGES, Virginia Elisabeta; BARON, Sadi. Hidronegócio em questão: empoderamento dos atores regionais no contexto da descentralização da geração e gestão da energia elétrica. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n.50, p. 70-89, jul. dez. 2017.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019**. Rome: FAO, 2019.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019**. Rome: FAO, 2020.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Insecurity in the World – SOFI 2025**. Roma: FAO, 2025.

- FRIEDMANN, H. ; McMICHAEL, P. Agriculture and State System. The rise and decline of national agriculture from 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v.29, n.2, p.93-117, 1989.
- FRIEDMANN, H. International political economy of food: a global crisis. **New left Review**, 197, jan./feb., p.29-57, 1993.
- FRIEDMANN, H. From colonialism to green capitalism: social movements and emergence of food regimes. In: MARSDEN, T (org.). **New Directions in the Sociology of Global Development (Research in Rural Sociology and Development**, Volume 11). Emerald Group Publishing Limited (ed.), 2005. p. 227-264.
- FRIEDMANN, H. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. **Agriculture and Human Values**, Amsterdam, v.26, n.4, p.335-344. 2009.
- GAMA, D C. Et al. Susceptibility to desertification in a semiarid microregion of Brazil. **Revista de Geociências do Nordeste**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 160–174, 2022. DOI: 10.21680/2447- 3359.2022v8n1ID21732. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/21732>. Acesso em: 3 jul. 2022.
- GIAMPÁ, C. E. Q. **Águas subterrâneas e poços tubulares profundos**. São Paulo: Signus, 2006.
- GOMES, P. J. P. **Prospecção de água subterrânea na bacia sedimentar de Tucano Sul utilizando métodos elétricos**. 2003. 1 CD-ROM. Dissertação (Mestrado em Geofísica) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.
- HURTADO, L. M. PORTO-GONÇALVES, C. W. Resistir y Re-Existir. **Geographia**. V. 24. N. 53, jul-dez. 2022.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Brasil**. 2017. <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11> Acesso em: 8 maio 2025.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html> Acesso em: 8 maio 2025.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html> Acesso em: 8 maio 2025.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Insegurança Alimentar no Brasil: Indicadores e Análises. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html> Acesso em: 8 maio 2025.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. 2025. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=CA&z=t&o=311> Acesso em: 7 out. 2025.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. **Mapeamento da Aridez e Identificação de Área Árida no Norte da Bahia**. São José dos Campos: INPE/CEMADEN, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/noticias-cemaden/estudo-do-cemaden-e-do-inpe-identifica-pela-primeira-vez-a-ocorrencia-de-uma-regiao-arida-no-pais/nota-tecnica_aridas.pdf/view Acesso em: 14 de jul. 2025.
- LOFTUS, A. (In)segurança hídrica: garantindo o direito à água. Trad. Ana Cristina Augusto de Sousa. **Geousp**, v. 25, n. 2, e-182666, ago. 2021. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/182666/174459> Acesso em: 20 de jun. 2023.
- MALUF, R. S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. *Revista de Economia e Sociologia Rural* [online]. 2021, v. 59, n. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806- 9479.2021.238782> Acesso em: 26 de jul. 2023.
- MAZZETTO SILVA, C. E. Territorialidades camponesas do cerrado - o saber gerado a partir do conhecimento local. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 7, n. 14, p. 1-35, ago. 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/21751> Acesso em: 25 de jul. 2023.
- McMICHAEL, P. A food regime analysis of 'global food crisis'. **Agriculture and Human Values**, Amsterdam, v.26, n.4, 2009, p.281-295.
- McMICHAEL, P. **Regimes Alimentares e Questões Agrárias**. Tradução Midori, S. 1.ed. São Paulo: Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

- MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agrohidronegócio no cerrado goiano: a construção das (re)existências. In: **ENCUENTRO LATINOAMERICANO CIENCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 1; ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2**. Anais... Salvador, 2007.
- MENDONÇA, M. R. Complexidade do espaço agrário brasileiro: O agrohidronegócio e as (re)existências dos povos Cerradeiros. **Terra Livre**, São Paulo, a. 26, v. 1, n. 34, p. 189-202, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/318> Acesso em: 26 de set. 2022.
- MENEZES, S. de S. M. SILVA, P. A. S. SILVA, H. R. Conceição. Configuração espacial da geografia de alimentar em Sergipe. **Confins** [online], 40. 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/20412?lang=pt> Acesso em: 02 de jul. 2023.
- MORAES, A. C. R. e COSTA, W. M. **Geografia Crítica** – a valorização do espaço. Editora Hucitec. São Paulo, 1987.
- NEVES, P. D. M. MENDONÇA, M. R. Agrohidronegócio Canavieiro: apropriação da terra e da água. Recife. **Revista de Geografia**. V. 37, n. 1. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/241975> Acesso em: 26 de set. 2022.
- NIEDERLE, P. A. WESZ JÚNIOR, W. J. **As Novas Ordens Alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- OLIVEIRA, A. L. A.; CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S. Sustainability and food choices: towards environmental biography of food. **Sustainability in Debate**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 146–158, 2019. DOI: 10.18472/SustDeb.v10n1.2019.19280. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/19280> . Acesso em: 28 jan. 2024.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007.
- PAULINO, E. T. Geografia Agrária e Questão Agrária. In: **Geografia Agrária: teoria e poder** FERNANDES, B.M. ; MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J. C (orgs.) São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- PEIXINHO, M. A. **Hidrogeologia do Sistema Aquífero Marizal/São Sebastião na Sub-Bacia do Tucano Central, Estado da Bahia**. 377 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2017.
- POLLAN, M. **O dilema do onívoro**. Rio de Janeiro: Intrínseca; 2007
- POMPEIA, C. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio”. **Horizontes. Antropológicos**. Porto Alegre, v. 26, n. 56, abril: 195-224. 2020 . Disponível em: <https://www.scielo.br/hor/a/xjhwQdTb5jVzgPqjnSCfGvQ/?format=html&lang=pt> Acesso em: 26 de set. 2022
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo, Contexto, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> Acesso em: 12 de Jan. 2023.
- ROSSI, L. **Teoría Política de la Comida: Una crítica ecológico-comunal en tiempos de colapso**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Muchos Mundos Ediciones, 2023.
- RICUPERO, R. **A diplomacia na era da policrise**. São Paulo: Contexto, 2023.
- SÃO JOSÉ, R. V. de, et al. DROUGHT RISK IN THE SEMI-ARID OF BAHIA. **Mercator**, Fortaleza, v. 22, dec. 2023. ISSN 1984-2201. Available at: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e22024>>. Date accessed: 30 nov. 2025.
- SCHNEIDER, S. SCHUBERT, M. N. ESCHER, F. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21575/25254790rmaa2016volln1134>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- SHIVA, V. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.
- SILVA, T. H. C. JORDÃO, L. R. O agrohidronegócio e a água no centro das disputas territoriais: o estado da arte. In: **XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI PORTO ALEGRE – RS**. Porto Alegre. 2018.

- SOUSA, R. A. D. **O agro-hidronegócio no Vale do São Francisco**: território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção. 2013. 358 F. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2013.
- STEDILE, J. P. Questão Agrária. In: CALDART, R.S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 639-644.
- SVAMPA, M. N. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**. Editorial Fundación Friedrich Ebert. abr. 2013.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma “cruzada” contra a fome e o agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Pegada**, v. 9, n. 1 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1637/1578> Acesso em: 26 de set. 2022
- TOMAZ, P. A.; SANTOS, J. DE O.; JEPSON, W.. Insegurança Hídrica Domiciliar e Vulnerabilidade Social em Contexto Municipal do Semiárido Cearense. **Sociedade & Natureza**, v. 35, p. e69988, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/NwKmt4zR668C5Wxy9bJRWv/?format=html&lang=pt> Acesso em: 12 de Ago. 2024.
- TORRES, A. T. G. **Hidroterritórios (novos territórios da água)**: os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- TOOZE, A. **Policrise**: Como o mundo chegou a este ponto. São Paulo: Intrínseca, 2021.

Contribuição dos autores

Conceitualização: SOUZA, F. F.; MENEZES, S. S. M. **Curadoria de dados**: SOUZA, F. F.; MENEZES, S. S. M.. **Análise formal**: SOUZA, F. F.; MENEZES, S. S. M.. **Aquisição de financiamento**: Não aplicável. **Investigação**: SOUZA, F. F. **Metodologia**: SOUZA, F. F.; MENEZES, S. S. M. **Administração do projeto**: Não aplicável. **Recursos**: Não aplicável. **Software**: Não aplicável. **Supervisão**: MENEZES, S. S. M. **Validação**: SOUZA, F. F.; MENEZES, S. S. M. **Visualização**: SOUZA, F. F.; MENEZES, S. S. M.. **Escrita – rascunho original**: SOUZA, F. F.; MENEZES, S. S. M. **Escrita – revisão & edição**: SOUZA, F. F.; MENEZES, S. S. M.

Base de dados

Não se aplica

Financiamento

Este trabalho não recebeu nenhum subsídio específico de agências de fomento nos setores público, comercial ou sem fins lucrativos.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Aprovação do conselho de ética

Não se aplica.

Agradecimentos

Não se aplica.
